



### CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES EM IDADE REPRODUTIVA NO PIAUÍ

Amanda Sebastiana Lima Correia<sup>1</sup>, Ana Christina de Sousa Baldoino <sup>2</sup>, Maria Bianca
Pereira Freitas <sup>3</sup>, Dathynara da Silva Alves <sup>4</sup>, Filipe Melo da Silva <sup>5</sup>, Jailson Alberto
Rodrigues<sup>6</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Piauí, (amandacorreia@ufpi.edu.br)

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Piauí, (christinabaldoino@hotmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Federal do Piauí, (mabiifreitas17@gmail.com)

<sup>4</sup> Universidade Federal do Piauí, (oliverdhaty20@gmail.com)

<sup>5</sup>Universidade Federal do Piauí, (filipemelotkd@gmail.com)

<sup>6</sup>Universidade Federal do Piauí, (jailsonalbertorodrigues@yahoo.com.br)

#### **Resumo:**

**Objetivo:** Descrever as características sociodemográficas dos casos de violência sexual contra mulheres em idade reprodutiva, notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) entre os anos 2009 a 2019, no Estado do Piauí, Brasil. Método: Realizouse um levantamento de dados secundários (SINAN), desenvolvido a partir das notificações dos casos de violência sexual contra mulheres em idade reprodutiva no Piauí, entre 2009 a 2019. Os dados foram coletados através do DATASUS. Resultados: Constatou-se que foram notificadas 2.659 agressões sexuais contra mulheres em idade reprodutiva, no estado do Piauí, no período em análise. Com relação a faixa etária, a distribuição das ocorrências foi majoritária em jovens de 10 a 14 anos [1.610 (60,5%)]. Quanto à raça/cor, [1.927 (72,5%)] se autodeclararam pardas no momento da notificação e [308 (11,8%)] pretas. Referente ao grau de parentesco ou à ligação entre a vítima e agressor, os principais perpetradores foram aqueles identificados como amigos/conhecidos [1.035 (39,6%)] das vítimas. Conclusões Conclui-se, que os casos de violência sexual em mulheres em idade reprodutiva cresceram ao longo do período estudado. Os achados sugerem a vulnerabilidade de mulheres adolescentes, pardas/pretas com o nível escolar incompleto. O agressor da ação foram amigos/conhecidos e o local de ocorrência a residência.

Palavras-chave: Violência contra a Mulher; Agressão Sexual; Violência de Gênero.

**Área Temática:** Temas Livres. **Modalidade:** Trabalho completo.





### 1 INTRODUÇÃO

Caracterizada como um fenômeno complexo e multicausal, a violência tem sido algo comum e vivenciada culturalmente em vários países ao longo da história da humanidade. É considerada um problema social e de saúde pública, a nível global, devido afetar vários indivíduos de faixas etárias distintas e classes socioeconômicas diferentes (ALBUQUERQUE; SILVA, 2017; SENA; SILVA; NETO, 2018).

Existem vários tipos de violências, sendo a sofrida por mulheres a de maior destaque. Definida como qualquer ato de agressão de gênero que ocorra, ou que tenha possibilidade de ocorrer algum tipo de prejuízo, seja ele psicológico, físico, moral ou sexual para as vítimas (LAWRENZ et al., 2018).

A violência contra mulher apresenta altos índices de notificações. Geralmente, são registrados casos de agressões em mulheres de diferentes classes sociais, mas apesar desse fato, existe predominância nas notificações naquelas pertencentes aos grupos com condições econômicas desfavoráveis. Mulheres jovens, de cor negra, solteira ou divorciada e com baixa escolaridade ilustram esse quadro (SILVA et al., 2021).

No mundo, estima-se que cerca de 35,0% das mulheres, aproximadamente, já vivenciaram algum tipo de experiência relacionado a violência física e/ou sexual ao decorrer da vida. Sendo essas praticadas muitas vezes pelo parceiro íntimo. No Brasil, cerca de 35 milhões de mulheres são vítimas de violência sexual por ano. Os dados mostram que a cada dez mulheres pertencentes à faixa etária de 15 a 65 anos, uma tenha passado por alguma ocorrência de violência sexual na vida (MADEIRO et al., 2019; ARAGÃO; TURRA; CHARIGLIONE, 2019).

Estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU) apontam que mulheres vítimas de agressão sexual, tendem a desenvolver problemas de curto e longo prazo relacionadas a saúde física e/ou mental. Em geral, alguns efeitos colaterais podem surgir após a agressão, repercutindo diretamente na qualidade de vida. As vítimas são acometidas por quadros de depressão, insônia, isolamento social, medo, estresse pós-traumático, além de infecções sexualmente transmitidas - IST e, gravidez indesejada (BORBUREMA et al., 2017; ARAGÃO; TURRA; CHARIGLIONE, 2019).

Dessa forma, considerando a magnitude e a complexidade que é violência sofrida por mulheres e pelas implicações que essa ocasiona na saúde física e mental, este estudo tem por



doity.com.br/congis2021

objetivo descrever as características sociodemográficas dos casos de violência sexual contra mulheres em idade reprodutiva, com intuito de compreender fatores relevantes, que envolvem os atos violentos e o contexto social de cada vítima para combater e prever tal questão social

#### 1 MÉTODOS

Trata-se de um estudo epidemiológico, descritivo, de abordagem quantitativa, realizado a partir das notificações dos casos de violência sexual contra mulheres em idade reprodutiva. O cenário é o Estado do Piauí, entre os anos 2009 a 2019. É realizado por meio de levantamento de dados secundários, a partir do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), disponibilizados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

As variáveis selecionadas para o estudo foram agrupadas pelo ano da notificação, perfil socioeconômico, o qual incluiu faixa etária, escolaridade e raça/cor o local de ocorrência e o vínculo com agressor. A partir dos dados coletados foi realizada análise estatística descritiva (frequência simples, porcentagem, média, mediana e desfio padrão). Por se tratar de uma análise de dados secundários de domínio público, segundo as prerrogativas legais sobre pesquisa com seres humanos no país, não se exige a submissão do estudo a um Comitê de Ética em Pesquisa – CEP para análise.

#### 2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos anos 2009 a 2019, foram registrados 2.659 casos de violência sexual contra mulheres em idade reprodutiva, no Piauí. Na tabela 1, apresenta-se o número (N°) e proporção (%) das notificações frente às características sociodemográficas das vítimas. Em relação à faixa etária, a distribuição das ocorrências foi majoritária em mulheres jovens de 10 a 14 anos [1.610 (60,5%)], seguida pelos casos com vítimas de idade entre 15 e 19 anos [509 (19,1%)].

**Tabela 1-** Distribuição das ocorrências de violência sexual contra mulheres de 10 a 49 anos de idade, no Piauí, entre os aos de 2009 e 2019.

T	<b>&gt;</b> T0	0/
Faixa etária	N°	<u>%</u>
10 a 14	1.610	60,5
15 a 19	509	19,1
20 a 29	307	11,5
30 a 39	159	6,0
40 a 49	74	2,8
Total	2.659	100
Raça	$N^{o}$	%
Branca	286	10,8
Preta	308	11,6

### TONAIS



Congresso Nacional de Inovações em Saúde doity.com.br/congis2021

Amarela	38	1,4
Parda	1.927	72,5
Indígenas	10	0,4
Ignorada	90	3,4
Total	2.659	100
Escolaridade	$N^o$	%
Ignorada/Branco	467	17,6
Analfabeto	50	1,9
1 a 4 série incompleta EF	269	10,1
4 série completa do EF	104	3,9
5 a 8 série incompleta do EF	1.189	44,7
Ensino fundamental completo	107	4,0
Ensino médio incompleto	259	9,7
Ensino completo	132	5,0
Educação superior incompleta	49	1,8
Educação superior completa	29	1,1
Não se aplica	04	0,2
Total	2.659	100
C 2021		

Fonte: DATASUS, 2021.

Delziovo e colaboradores (2017) acatam a narrativa de maior vulnerabilidade e imaturidade no intervalo de idade de 10 a 19 anos. Concordante ao presente estudo, os autores expõem em seus resultados, que mulheres com idade entre 10 a 14 anos (47,3%) e 15 a 19 (22,4%), possuem dificuldade em identificar as condutas articuladas pelos agressores e, por consequência, sobrelevam no número de casos. Do mesmo modo, Albuquerque e Silva (2017) apontam resultados divergentes em mulheres submetidas à violência sexual. Ao analisar o perfil de vítimas atendidas em um Serviço de Apoio à Mulher (SAM), da rede estadual no Recife, os autores afirmam que os casos predominaram em mulheres com idade entre 20 a 49 anos.

Quanto a raça/cor, 72,5% (1.927) autodeclararam-se pardas no momento da notificação e 11,8% (308) delas, pretas. Condizente aos resultados de Moreira, Bicalho e Moreira (2020) que apontam, em Porto Velho-RO, entre os anos de 2010 a 2015, a maior frequência de casos entre mulheres autodeclaradas pardas. Oliveira e colaboradores (2018) justificam que mulheres pardas/pretas, independente da sua idade, apresentam maior risco de violência sexual, principalmente, pelas raízes históricas que a cercam, suas precárias condições de moradia e dificuldade de acesso à educação.

É válido ressaltar, que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Piauí apresenta elevado percentual de pessoas autodeclaradas pretas ou pardas (80,0%). Diante desta perspectiva, portanto, o domínio de casos envolvendo mulheres pardas e pretas pode associar-se ao perfil demográfico do estado, dentre os outros motivos citados (IBGE, 2010).



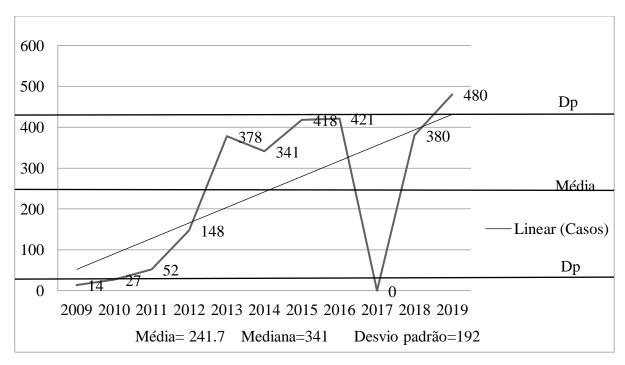
doity.com.br/conqis2021

No que se refere à escolaridade, as notificações de violência foram superiores em vítimas com ensino fundamental incompleto [1.189(44,7%)]. No entanto, tal variável obteve 17,6% (467) de registros ignorados ou em branco. O que é considerado um valor elevado. Não obstante aos dados obtidos, Gaspar e Pereira (2018) ressalvam que a escolaridade da vítima pode estar relacionada aos casos terem ocorrido com maior frequência em mulheres com idade entre 10 a 14 anos.

Para Sousa e Silva (2018) e, Oliveira (2018) teorizam em seus estudos que mulheres com melhor instrução escolar, são mais vulneráveis e apresentam menor facilidade para identificar e reagir diante de situações violentas. Os dados sociodemográficos deste estudados refletem a predileção dos agressores por mulheres jovens, pretas ou pardas e com baixa escolaridade.

Com relação aos casos dispostos por ano, observa-se uma média de 242.7 de casos durante o período analisado, mediana de 341 e desvio padrão dentro das médias observadas, como 192 casos. Nota-se que o ano de 2019 foi o que apresentou o maior número de casos. Importante colocar que a partir da análise de tendência temos uma tendência crescente dos casos (Figura 1).

Figura 1- Taxa de incidência de violência sexual em mulheres com idade produtiva, Piauí, 2009 a 2019.



Fonte: DATASUS, 2021.

A progressiva elevação no número de casos é apontada em vários estudos, dentre eles o de Madeiro et al. (2019), referente ao período de 2009 a 2016, no qual aponta o pico de registros

### **HOONAIS**



Congresso Nacional de Inovações em Saúde doity.com.br/congis2021

no Piauí no ano 2013, seguido pelos anos 2016 e 2015. O estado do Maranhão, limítrofe com o Piauí, contou com 1.807 casos de violência sexual notificados entre 2009 e 2017, com prevalência de notificações em 2017 (SOUSA et al., 2021).

Diante da incidência apresentada, é conveniente refletir sobre a dimensão social que as mulheres piauienses estão inseridas e possíveis causas para o aumento progressivo de notificações. É importante considerar o número de casos subnotificados e o acolhimento recebido pelas vítimas.

Referente ao grau de parentesco ou à ligação entre a vítima e agressor, os principais perpetradores foram os identificados como amigos/conhecidos [1.035 (39,6%)] das vítimas. Contudo, observou-se uma relação diversificada entre a vítima e o agressor, indo desde desconhecidos [422 (16,1%)] a relações afetivas e intrafamiliares, como namorado(a) [333 (12,7%)] e padrasto [262 (10,0%)] (Tabela 2).

**Tabela 2**- Distribuição dos casos de violência sexual em mulheres com idade produtiva, segundo caracterização da relação entre a vítima e o agressor, Piauí, 2009 a 2019.

Vínculo com agressor	n	%
Pai	139	5,3
Mãe	11	0,4
Padrasto	262	10,0
Madrasta	01	0,0
Conjugue	72	2,8
Ex conjugue	40	1,5
Namorado (a)	333	12,7
Ex-namorado (a)	52	2,0
Filho (a)	01	0,0
Irmão (a)	26	1,0
Amigos/conhecidos (a)	1.035	39,6
Desconhecido (a)	422	16,1
Cuidador (a)	04	0,2
Patrão/chefe	04	0,2
Pés com rel inst	15	0,6
Própria pessoa	01	0,0
Outros vínculos	191	7,3
Policial.ag.Lei	07	0,3
Total	2.616	100

Fonte: DATASUS, 2021.

Ainda que os números de violência sexual extrafamiliar, praticadas por desconhecidos, seja relevante, o fato de os principais agressores serem "amigos" ou conhecidos das vítimas é preocupante. Concordante aos dados obtidos, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (BUENO et al., 2019) aponta que o perfil do agressor é, em sua maioria, conhecido da vítima



doity.com.br/congis2021

(76,4%), refletindo uma tendência crescente de 25% com relação aos dados de 2016, onde 61,0% das vítimas informaram conhecer o agressor.

O padrão de agressores em casos de violência sexual infantil é similar ao de casos com vítimas adolescentes e adultas. Platt e colaboradores (2018) afirmam que, entre os anos de 2008 e 2014, mais da metade de notificações de abuso sexual na infância tiveram como autor um homem conhecido da vítima.

O delineamento do perfil do agressor pode fomentar a elaboração de políticas públicas voltadas à proteção das mulheres. Isso auxiliaria no combate a ocorrência/recorrência dos casos de violência sexual e todas as possíveis consequências que a permeiam, tais como complicações biopsicossociais, disseminação de IST, gravidez indesejada e feminicídio.

Em relação ao local de ocorrência das violências sexuais. A tabela 3, evidência a residência com o mais representativo [1.541 (58,0%)] em seguida, a via pública [348 (13,1%)].

**Tabela 3**- Distribuição dos casos de violência sexual em mulheres com idade produtiva, segundo local de ocorrência, Piauí, 2009 a 2019.

Local	Nº	%
Residência	1.541	58,0
Habitação Coletiva	07	0,3
Escola	33	1,2
Local de pratica esportiva	13	0,5
Bar ou Similar	23	0,9
Via pública	348	13,1
Comércio/Serviços	89	3,3
Indústrias/construção	05	0,2
Outros	343	12,9
Ignorado	227	8,5
Em Branco	30	1,1
Total	2.659	100

Fonte: DATASUS, 2021.

Araújo e colaboradores (2014) apontam que o local de ocorrência apresenta ligação direta com o perfil do agressor. Agressores conhecidos podem ter acesso fácil à residência da vítima, visto que inspiram sua confiança e usam de tal privilégio para cometer o ato violento.

Sousa e Silva (2018) justificam a prevalência do ambiente doméstico em casos de violência sexual por serem livres de interferência, o que favorece a conclusão do ato violento, a ausência de testemunhas e a identificação ou denúncia do agressor por terceiros. De modo contrário, Albuquerque e Silva (2017), afirmam que vias públicas e autores desconhecidos compõem a maioria das ocorrências de violência sexual contra mulheres.



doity.com.br/conais2021

A análise epidemiológica dos atos violentos é primordial na prevenção e combate da violência sexual, visto que o perfil do agressor apresenta uma relação direta com o local do ato. Dada tal evidência, a investigação dos casos e a posterior punição dada aos agressores torna-se menos desafiadora. Por outro lado, a proteção dada às vítimas e as políticas relacionadas ao combate e prevenção da violência contra a mulher podem ser tendenciadas através da relação local x agressor, culminando na redução de atos violentos e punição adequada. Diante do exposto, é necessária uma visão holística da distribuição de casos.

### 4 CONCLUSÃO

Pelo exposto, o elevado número de notificações aponta a violência sexual como um complexo desafio social e de saúde pública. A vulnerabilidade social, biológica e psicológica de mulheres jovens é uma temática a ser discutida e explorada, a fim de impugnar tal prática.

Conclui-se, que os casos de violência sexual em mulheres em idade reprodutiva cresceram ao longo do período estudado. Os achados sugerem a vulnerabilidade de mulheres adolescentes entre 10 a 14 anos de idade, pardas/pretas com o nível escolar incompleto. O agressor da ação foram amigos/conhecidos e o local de ocorrência a residência. Configurando um agravo à saúde pública e expondo a falibilidade legislativa perante os direitos humanos, a violência sexual contra mulheres em idade reprodutiva possui consequências sociais relevantes, sendo seu combate e prevenção essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária.

É necessário considerar que os dados do presente estudo são secundários. Portanto, admite-se que possíveis erros no seu processamento, bem como a subnotificação de casos. Ademais, os dados do ano 2017 não foram disponibilizados no SINAN, acarretando uma lacuna significativa na análise dos atos violentos. Mesmo assim, é possível identificar que a vítimas, em sua complexidade são mulheres de baixa escolaridade, pardas ou pretas, em ambiente domiciliar e agressor conhecido.

Diante de tal perspectiva, portanto, o presente estudo aponta a urgência de elaboração de políticas de proteção e saúde às mulheres, o treinamento de profissionais de saúde e segurança pública que acolhem as vítimas e, necessidade de fomentação de práticas educativas que incentivem à denúncia. Isso, no intuito de evitar a subnotificação de casos e efetivar os direitos assegurados pela Constituição Federal.

#### REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Anvete Leal de; SILVA, Wanessa Carneiro da. Perfil da violência sexual contra mulheres atendidas no serviço de apoio à mulher. **Revista enfermagem UFPE**, v. 11,





doity.com.br/congis2021

sulp. 5, p. 2106-2115, 2017. DOI: 10.5205/reuol.9302-81402-1. Disponível em: file:///C:/Users/lucin/Downloads/23365-45269-1-PB.pdf. Acesso em: 22 maio. 2021.

ARAGÃO, Danilo Ribeiro do Nascimento; TURRA, Virginia; CHARIGLIONE, Isabelle Patriciá Freitas Soares. Violência sexual contra a mulher: contribuições das neurociências. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 29, n. 2, 5 set. 2019. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista\_sbrash/article/view/.Acesso em: 25 maio. 2021.

ARAÚJO, Rosângela Pereira de. et al. Perfil sociodemográfico e epidemiológico da violência sexual contra as mulheres em Teresina/Piauí. **Revista Enfermagem UFSM**, n. 4, v. 4, p. 739-750, 2014. DOI: 10.5902/2179769214519. Disponível em: file:///C:/Users/lucin/Downloads/14519-75356-1-PB.pdf. Acesso em: 22 maio. 2021.

BORBUREMA, Telma Libna Rodrigues et al. Violência contra mulher em contexto de vulnerabilidade social na Atenção Primária: registro de violência em prontuários. **Revista Brasileira De Medicina De Família E Comunidade**, v. 12, n. 39, p. 1-13, 2017. Disponível em: https://www.rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1460 Acesso em: 25 maio. 2021.

BUENO, Samira. et al. A vitimização de Mulheres no Brasil. **Forúm Brasileiro de Segurança Pública. Instituto Datafolha**. Infográfico, 2ª Edição, 2019. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf. Acesso em: 23 maio. 2021.

DELZIOVO, Carmem Regina. et al. Características dos casos de violência sexual contra mulheres adolescentes e adultas notificados pelos serviços públicos de saúde em Santa Catarina, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, p. e00002716, 2017. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csp/2017.v33n6/e00002716/. Acesso em: 23 maio. 2021

GASPAR, Renato Simões; PEREIRA, Marina Uchoa Lopes. Evolução da notificação de violência sexual no Brasil de 2009 a 2013. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00172617, 2018. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/csp/a/GbLMSNYQxgFYXmKHBjn4f4d/abstract/?lang=pt. Acesso em: 23 maio. 2021.

IBGE- INSTITUDO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico: Indicadores sociais municipais**, 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/pesquisa/23/25124?tipo=ranking&indicador=29499. Acesso em: 23 maio. 2021.

LAWRENZ, Priscila et al. Violência contra mulher: notificações dos profissionais da saúde no Rio Grande do Sul. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 34, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ptp/a/cKGvHBwnZBMFggSHYwGf4wL/?lang=pt. Acesso em: 24 maio. 2021.

MADEIRO, Alberto et al. Violência física ou sexual contra a mulher no Piauí, 2009-2016. **Journal of Health & Biological Sciences**, v. 7, n. 3 (Jul-Set), p. 258-264, 2019. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1005640. Acesso em: 25 maio. 2021.





doity.com.br/congis2021

MOREIRA, Kátia Fernanda Alves; BICALHO, Bianca Oyola; MOREIRA, Tânia Leal. Violência sexual contra mulheres em idade fértil na região norte do Brasil. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 3, p. 2-11, 2020. DOI:

https://doi.org/10.25248/reas.e2826.2020. Disponível em:

https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/2826/1463. Acesso em: 22 maio. 2021.

OLIVEIRA, Caio Alves Barbosa de. et al. Perfil da vítima e características da violência contra a mulher no estado de Rondônia-Brasil. **Revista Cuidarte**, v. 10, n. 1, 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S2216-09732019000100203. Acesso em: 22 maio. 2021.

PLATT, Vanessa Borges. et al. Violência sexual contra crianças: autores, vítimas econsequências. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 4, p. 1019-1031, 2018. DOI: 10.1590/1413 1232018234.11362016. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/csc/a/hTR8wBZKQNrYLm4HB6p849c/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 maio. 2121.

SENA, Cláudia Alves de; SILVA, Maria Arleide da; FALBO NETO, Gilliatt Hanois. Incidência de violência sexual em crianças e adolescentes em Recife/Pernambuco no biênio 2012-2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 1591-1599, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/V3McwYHPwbwjFctLTQFN6GJ/abstract/?lang=pt. Acesso em: 24 maio. 2021.

SILVA, Samylla Bruna de Jesus et al. Violência Perfil epidemiológico da violência contra a mulher em um município do interior do Maranhão, Brasil. **O Mundo da Saúde**, v. 1, n. 45, p. 056-065, 2021. Disponível em:

https://revistamundodasaude.emnuvens.com.br/mundodasaude/article/view/1042 Acesso em: 25 maio. 2021.

SOUSA, Anne Yarle Almeida de. et al. Caracterização dos casos de violência sexual contra a mulher notificados no Estado do Maranhão no período de 2009 a 2017. **Brazilian Journal of Development**, v.7, n.1, p. 9925-9941, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n1-673. Disponível em: file:///C:/Users/lucin/Downloads/23796-61336-2-PB.pdf. Acesso em: 22 maio. 2021.

SOUSA, Marlon Marcelo Maciel; SILVA, Naldiana Cerqueira. Análise das ocorrências de violência sexual contra mulheres atendidas em um serviço de referência. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, n. 20, v. 4, p. 195-199, 2018. DOI: 10.23925/1984-4840.2018v20i4a3. Disponível em: file:///C:/Users/lucin/Downloads/36423-118259-1-PB.pdf. Acesso em: 22 maio. 2021.